

IDEÁRIOS BRASILEIROS CONTEMPORÂNEOS: RELAÇÕES DE PODER E (RE)CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES POLÍTICAS A PARTIR DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

FABRÍCIO DE OLIVEIRA FARIAS¹; LARISSA PATRON CHAVES²

¹Universidade Federal de Pelotas – fabricio.o.farias@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – larissapatron@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As jornadas de junho de 2013, como foram denominadas, representam um marco na história recente brasileira que produziu ondas de consequência que podem ser sentidas até os dias atuais.

A frase *O gigante acordou* que estampava as pautas dos telejornais e revistas por semanas após o início dos protestos tornou-se um dos mote dos manifestantes e denotava uma indignação coletiva para com os rumos que tomava o governo da época. De acordo com OLIVEIRA (2020):

Depois do ato do dia 13 de junho na cidade de São Paulo e de suas repercussões, o problema exorbitou a esfera municipal, chegando ao patamar de uma “indignação coletiva”, pois às imagens da repressão policial paulistana, se ajuntavam vídeos do Rio de Janeiro (De Moraes, 2018, p. 197-198). A questão tomou dimensão nacional, pois passava a se referir ao Brasil como um todo, mudando o tema das manifestações várias vezes de objeto. (OLIVEIRA, 2020, p. 38) ¹

Outra frase utilizada nas frentes de protesto e que denota a referida indignação foi analisada por NOVAES (2019), em tese de doutorado, é *Enfia os R\$ 0,20 no SUS²*, retirada de um cartaz levado por uma manifestante:

Revoltada com o aumento da passagem em R\$ 0,20, a manifestante manda, explicitamente, os parlamentarem [sic] enfiarem o dinheiro do aumento na saúde pública e, implicitamente, no cu, materializando a relação com o baixo corporal, que é um dos elementos que se relaciona com a atmosfera festiva da cosmovisão carnavalesca, dialogando com o contrário, com o mundo às avessas, com a quebra de hierarquia. (NOVAES, 2019, p. 110)

Os Black Blocks³, segundo a análise de JUNIOR (2020), quebravam com o velho conceito da “manifestação espetáculo”⁴, presente nos protestos, comícios e

¹ Op. Cit.: DE MORAES, Wallace (2018). **2013 – Revolta dos Governados: ou, para quem esteve presente, revolta do vinagre**. Rio de Janeiro: WSM Edições.

² “Afinal, as jornadas de junho tiveram início no dia 2, quando houve aumento de 20 centavos na passagem de ônibus e metrôs em São Paulo e Rio de Janeiro, havendo, por essa razão, manifestações, inicialmente instigadas pelo Movimento Passe Livre.” (NOVAES, 2019, p. 110)

³ Tática utilizada em protestos que consiste na formação de blocos de manifestantes vestidos de preto e utilizando máscaras para dificultar sua identificação pela polícia, caracterizam-se pela horizontalidade de sua organização bem como pela utilização de violência contra patrimônio. Cf. JUNIOR (2020)

⁴ Segundo JUNIOR (2020), seria o tipo de manifestação onde o corpo de manifestantes segue um carro de som em que está uma liderança que define as palavras de ordem e as pautas de reivindicação. Porém, esse modelo depende de uma autorização do Estado para acontecer, as forças policiais precisam saber o horário e local de saída do carro de som e o trajeto da manifestação. Funciona como um pacto de não agressão: a polícia não interfere no protesto e os

passeatas brasileiros desde os anos 1990, com as Diretas Já e os Caras Pintadas, tomando para si as frentes de ação e quebrando com a hierarquização da manifestação. Utilizavam uma forma de organização aos moldes anarquistas, ação direta e auto-gestão, de acordo com JUNIOR (2020):

Quando o Estado consegue legitimar seu controle no trajeto, horário de manifestações de rua ele passa a institucionalizar a revolta contra ele mesmo. Tudo fica previsto dentro de um roteiro, cada um tendo seu papel na divisão social do trabalho: o ativista profissional, o representante político, o motorista do carro de som, as gráficas impressão, a condor, o policial, o jornalista, dentre outros profissionais envolvidos nesse espetáculo. [...] foi o caso da manifestação no dia 17 de junho na ALERJ. O confronto com a polícia naquele contexto foi uma ação direta que demonstra que diversos grupos estavam realmente dispostos a enfrentar o Estado, não só simbolicamente. As imagens dos manifestantes expulsando a polícia, diferente do que os analistas de esquerda e direita falaram, criou uma adesão muito maior a tática, principalmente porque ela apresentava uma possibilidade de vencer. (JUNIOR, 2020, p. 353-354)

A mídia estava atenta a todos esses detalhes e construía dia a dia uma narrativa que se modificava a cada vez que tornada insustentável. CALIL (2013) tece uma análise sobre a mudança no discurso da mídia, que num primeiro momento taxou os manifestantes de baderneiros e exigiu ação policial, mas a partir do momento em que a polícia inicia a repressão aos protestos, surgem na internet vídeos e relatos que comprovavam a origem da violência: a polícia; assim, a mídia molda o seu discurso de acordo, passando a oferecer uma nova narrativa. E essas narrativas levariam, anos depois, ao impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, devido à mudança discursiva ocorrida nos anos anteriores, conforme aponta PINTO (2017).

Desta maneira, o objetivo desta pesquisa é buscar um caminho de entendimento sobre a recente guinada autoritária que o Brasil atravessa, onde políticas de inclusão social passam a ser suplantadas por outras de cunho neoliberal, que, dentre outros aspectos, promovem um desmonte da educação pública com o cerceamento dos recursos destinados à área.

2. METODOLOGIA

Analizar uma mudança discursiva e um deslocamento da identificação demanda uma análise das relações de poder que permeiam o tecido social. Para tanto, utilizamos a analítica do poder de FOUCAULT (2014), que o entende como um conjunto de micro relações descentralizadas: “O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente.” (FOUCAULT, 2014, p. 12), além é claro, de uma análise do próprio discurso, de acordo com FOUCAULT (2013):

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. [...] Tudo se passa como se interdições, supressões, fronteiras e limites tivessem sido dispostos de modo a

manifestantes se comprometem implicitamente a não causar problemas e a entregar aqueles que os causarem em prol do êxito da manifestação e de evitar o confronto.

dominar, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso. (FOUCAULT, 2013, p. 46-47)

Para além da análise das relações de poder e do discurso no escopo dos protestos de 2013, é salutar entender as questões relacionadas à representação. Para isso, utilizaremos ANKERSMITH (2012), do qual duas noções podem nos ser úteis, a noção de aspecto e a noção própria de representação.

Assim, então, cada representação arrasta consigo o seu próprio representado ou aspecto - da mesma forma que todos nós somos acompanhados por nossas sombras num dia de sol - e todos esses representados estão indissoluvelmente ligados a uma representação específica correspondente a eles - e só a essa. Assim, do ponto de vista lógico, a representação é uma operação de três lugares, e não de duas: uma representação (1) define um representado (2) em termos dos quais o mundo (3) é visto - e devemos evitar a confusão entre (2) e (3). (ANKERSMITH, 2012, p. 194)

A adesão aos movimentos de protesto que se desenhavam era constantemente influenciada por questões representativas, bem como pelos diferentes aspectos que essas representações poderiam vir a representar, e esse é outro ótimo ponto de análise que pode nos auxiliar a traçar o caminho para entender a (re)construção das identidades políticas em meio às manifestações de 2013.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a revisão das bibliografias disponíveis sobre os protestos iniciados em 2013 no Brasil, fica em evidência o sentimento de revolta popular que havia sido gestado principalmente por conta do aumento nos preços de serviços básicos como o transporte, que afetava principalmente as classes mais pobres. Após demonstrada a força da mobilização das massas populares, diversas pautas foram sendo colocadas em voga e agregavam-se organicamente em meio ao contexto de protesto que o país vivia.

O discurso inicial versava sobre um descontentamento com as questões de acesso a cidade, como a mobilidade urbana e o transporte coletivo; quanto à primeira, era mal estruturada; quanto ao segundo, o valor elevado tornava difícil seu acesso às camadas sociais menos abastadas. Porém, esse discurso foi apropriado por diversos grupos⁵ e acabou sendo deturpado de sua ideia inicial em prol de uma manipulação midiática que pudesse levar a outros caminhos, com objetivos principalmente políticos.

A manipulação discursiva operada pela mídia foi pouco a pouco tirando a atenção de pautas sociais para reagrupá-las dentro da temática anticorrupção⁶, entretanto, havia uma motivação política para isso, que se verificaría nos anos seguintes com os protestos contra a Copa do Mundo de Futebol e depois pelo impeachment de Dilma Rousseff.

⁵ Grupos sociais civis dentro do espectro político esquerda-direita, com suas respectivas afiliações ideológicas, bem como grandes instituições (midiáticas, sociais e políticas).

⁶ Pois a corrupção engloba todas as outras questões sociais, podendo ser considerada como causa dos problemas na saúde e na educação, por exemplo.

4. CONCLUSÕES

A problemática da indignação perpassa as relações de poder da sociedade e, apesar de não ser muito abordada quando se fala em 2013, consiste em uma chave analítica para os acontecimentos posteriores. A indignação coletiva se instaurou no contexto de revolta pelo reajuste do preço do transporte coletivo e transformou-se em indignação com a situação precária dos serviços públicos brasileiros de forma geral. Depois de 2016, com o impeachment, essas indignações parecem ter se abrandado, encontrando no Partido dos Trabalhadores (PT) sua válvula de escape, fruto da manipulação discursiva que foi impetrada na sociedade brasileira quando da ocasião das ondas de protestos.

Acirrou-se a dicotomia esquerda x direita, no sentido de que cada lado desconta no outro sua frustração, sem perceber a real dimensão do problema. Os governos posteriores empreenderam cortes nas áreas que haviam gerado indignação anteriormente, mas, agora, parece não haver revolta quanto a isso, o que é um fato curioso. As universidades federais perderam recursos após terem sido reerguidas, e, em face da recente pandemia da COVID-19, poderiam ter feito muito mais em inovação e tecnologia.

O contexto de um mundo transformado por algo que as gerações dos últimos cem anos não viveram terá de mudar nos próximos anos e perceber que é da universidade que saem os profissionais e seus grandes feitos, mas, para isso, terá de lidar com a construção histórica de dispositivos de controle social, que moldam a sociedade em prol de um único referencial: o lucro.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANKERSMITH, F. Representação e referência. In: ANKERSMITH, F. **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Londrina: EDUEL, 2012. Capítulo 4, 185-226.

CALIL, G. Embates e disputas em torno das jornadas de junho. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, p. 377-403, ago. 2013.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**; organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

JUNIOR, F. J. M. Manifestações de rua como laboratório político – 2013 e suas emergentes formas. **Crítica Histórica**, UFAL, ano XI, n. 21, 2020.

NOVAES, T. D. **Enunciado dos cartazes das manifestações de junho de 2013: uma forma carnavalesca de contar a história do brasil**. João Pessoa: IFPB, 2019.

OLIVEIRA, F. B. Sobre a indignação: Brasil, junho de 2013. **Revista Estudos Libertários**, UFRJ, v. 2, n. 5, p. 34-58, 2020.

PINTO, C. R. J. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p.119-153, 2017.